



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1001650-94.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Compra e Venda**
 Requerente: **MARIA DE LOURDES TREVELIN VACCARELLI**
 Requerida: **MARIA DOLORES TREVELIN (Espólio)**
 Data da audiência: **13/04/2015 às 15:00h**

Aos 13 de abril de 2015, às 15:00h, na sala de audiências da 2ª Vara Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Caio Cesar Melluso, comigo Assistente Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de conciliação nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes se encontravam o autor e seu advogado, Dr. Samuel Augusto Brunelli Benedicto; o representante do Espólio (Delzair), desacompanhado de advogado. O representante do Espólio, Delzair Trevelin, informou que era casado com Maria Dolores Trevelin, a qual, de fato, vendeu o veículo em tela para Maria de Lourdes Trevelin Vaccarelli, recebendo, portanto, o preço ajustado. Ocorre que, semanas depois, Maria Dolores faleceu, sem deixar bens, dívidas, ascendentes ou descendentes. Considerando que Delzair não deu entrada no inventário, pois não existia o que inventariar, Delzair concorda com a adjudicação imediata do bem a Maria de Lourdes, declarando expressamente não haver prejuízo a terceiros. O Juiz decidiu: "MARIA DE LOURDES TREVELIN VACCARELLI move ação em face de MARIA DOLORES TREVELIN (Espólio) dizendo que adquiriu desta o veículo marca VW, modelo GOL 1.0 GIV, cor prata, ano fab./mod. 2008/2009, placa EDX-0553, chassi 9BWAA05W49T095145, Renavam 981317790, com a ciência e anuência do cônjuge desta, Delzair Trevelin, tendo pago o preço ajustado. Porém, em razão da morte da vendedora, logo após o negócio, não conseguiu providenciar a transferência da propriedade do veículo. Citado, o representante do Espólio, nesta audiência, reconheceu juridicamente o pedido formulado pela autora. É o relatório. Fundamento e decido. De fato, tendo a autora adquirido o veículo, de rigor a procedência do pedido. A compra e venda ocorreu por contrato verbal, não impugnado pelo requerido, pelo contrário, confirmado. No mesmo sentido, o representante do Espólio reconhece o recebimento do preço. A legitimidade para a venda, Maria Dolores Trevelin, está às fls. 8. No mesmo sentido, o óbito, ocorrido em 26.11.2013, está demonstrado às fls. 9. Assim, diante do reconhecimento jurídico do pedido, de rigor a procedência. Posto isso, acolho o pedido da autora, nos termos do art. 269, inciso II, do CPC, e determino a adjudicação do bem **veículo marca VW, modelo GOL 1.0 GIV, cor prata, ano fab./mod. 2008/2009, placa EDX-0553, chassi 9BWAA05W49T095145, Renavam 981317790**, providenciando-se o necessário. Diante da ausência de resistência ao pedido, deixo de condenar o réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

às custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios. Eventuais custas pela autora. **Este termo servirá como ofício dirigido ao Delegado Diretor da 26ª Ciretran para que providencie a imediata transferência do referido veículo para o nome da autora MARIA DE LOURDES TREVELIN VACCARELLI, CPF 071.518.868-29, haja vista a adjudicação ora realizada. Cópia deste termo está sendo entregue ao advogado da autora para que providencie sua exibição ao mencionado órgão competente.** Publicada nesta audiência, registrada, saem os presentes intimados." EM TEMPO: As partes pediram a desistência do prazo recursal. O Juiz deliberou: "Homologo a desistência supra. Providencie a baixa do processo no sistema e ao arquivo." NADA MAIS. - *Cópias deste termo de audiência, assinado eletronicamente pelo Juiz, estão sendo impressas e serão assinadas fisicamente pelos presentes (escrevente, partes, advogados/defensores, procuradores, etc) e entregues aos advogados/defensores das partes, sendo que eventuais contradições na transcrição devem ser suscitadas oralmente no momento da realização deste ato (assinatura física), sob pena de preclusão, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 169 do CPC, dispensando-se a digitalização do termo - . Eu, _____ Ana Carolina Fonseca Chieppe, Assistente Judiciário, digitei.*

MM. Juiz (assinatura digital):

Requerente:

Adv. Requerente:

Requerida (rep. Delzair):